



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0151031-6**

**APELANTE:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**141**

**APELADO:** José Romero Matias da Silva

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva

**EMENTA:** PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. JÚRI. HOMICÍDIO. LEGÍTIMA DEFESA. ABSOLVIÇÃO. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRELIMINAR: NULIDADE POSTERIOR À PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. MÉRITO: JULGAMENTO MANIFESTAMENTE CONTRÁRIO À PROVA DOS AUTOS. ANULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. EXISTÊNCIA DE DUAS VERSÕES. OPÇÃO DOS JURADOS POR UMA DA TESES. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

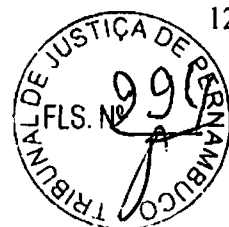
5461  
1. A mera afirmação do advogado do réu no sentido de que conhece seu cliente e que o mesmo nunca se envolveu em outros delitos não tem o condão de causar qualquer nulidade ao julgamento, não podendo, assim, ser vista como prova nova capaz de prejudicar a acusação. Tal declaração só seria causa de nulidade do julgamento se trouxesse informações sobre qualquer conhecimento pessoal que o advogado do réu tivesse acerca do fato delituoso apurado nos autos, o que não se verifica na hipótese.

2. Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos. Existindo nos autos duas versões, não é manifestamente contrária à prova dos autos a decisão do Tribunal do Júri que acolhe, com base no conjunto probatório, umas das teses ventiladas. Precedentes STJ.

3. À unanimidade, rejeitou-se a preliminar, e no mérito, negou-se provimento ao recurso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



12

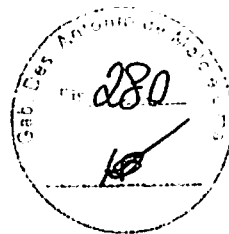
ACÓRDÃO

142

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Criminal nº 0151031.6, da Comarca de Palmares - PE, em que figuram, como apelante, o Ministério Público do Estado de Pernambuco e, como apelado, José Romero Matias da Silva, acordam os Desembargadores componentes da 3ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão do dia 17/12/2009, por decisão unânime, em rejeitar a preliminar de nulidade, e no mérito, negar provimento ao presente recurso, tudo conforme consta do relatório e dos votos digitados em anexo, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 17 de dez de 20 09

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

143

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0151031-6**

**APELANTE:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**APELADO:** José Romero Matias da Silva

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva (Convocada)

**RELATÓRIO**

A Representante do Ministério Público do Estado de Pernambuco denunciou JOSÉ ROMERO MATIAS DA SILVA, qualificado nos autos, pela prática do tipo penal previsto no art. 121, § 2º, incisos II e IV, do Código Penal Pátrio (homicídio duplamente qualificado, por motivo fútil e por meio que tornou impossível a defesa da vítima).

O acusado foi preso em flagrante delito (fls. 08/10).

A denúncia foi recebida em 12/11/99 (fl. 02).

Às fls. 40/45, consta pedido de relaxamento de prisão cumulado com liberdade provisória em favor do denunciado.

Regularmente citado, conforme certidão de fl. 36v, o acusado foi interrogado em Juízo, às fls. 56/57.

O Ministério Público ofereceu parecer desfavorável (fls. 69/70) ao pedido de liberdade formulado em favor do acusado, contudo, o MM. Juiz de Direito, em 16/12/1999, concedeu liberdade provisória ao réu (fls. 72/73).

Alvará de soltura à fl. 88.

Defesa Prévia com rol de testemunhas à fl. 101.

Durante a instrução foram inquiridas 02 (duas) testemunhas arroladas pela acusação e 03 (três) arroladas pela defesa (fls. 97/98 e 105/108).



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

144

Certidão de Óbito da vítima juntada à fl. 116.

Alegações finais do Ministério Público às fls. 118/120, pugnando pela pronúncia do acusado apenas como incurso nas penas do art. 121, *caput*, excluindo as qualificadoras.

A defesa, por sua vez, apresentou suas razões finais às fls. 122/127, requerendo absolvição do acusado, sob o fundamento de o mesmo agiu sob o manto da excludente de ilicitude da legítima defesa.

Sentença de Pronúncia às fls. 129/132.

Inconformada, a defesa interpôs Recurso em Sentido Estrito (fls. 135/137), ao qual foi negado provimento por este Egrégio Tribunal de Justiça, em 22/04/04 (fls. 164)

Retornados os autos ao Juízo de origem, o *Parquet* ofereceu libelo-crime acusatório à fl. 182.

A Defesa deixou transcorrer *in albis* o prazo para contrariar o libelo.

Em sessão realizada aos 24/05/2006, o Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Palmares – PE absolveu o réu, acolhendo a tese de legítima defesa própria (fls. 233/234).

Interrogatório do réu e termo de julgamento, respectivamente, às fls. 226/228 e sentença absolutória às fls. 235/236.

Às fls. 237/239, consta a ata da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri.

Irresignado, o Representante do Ministério Público apelou, tempestivamente, com espeque no art. 593, inciso II, alíneas “a” e “d”, do Código de Processo Penal. Nas razões de fls. 251/253, alega, em preliminar, nulidade posterior à pronúncia, e no mérito, aduz ter sido o julgamento manifestamente contrário à prova dos autos.

hms



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**

**145**

A defesa, em suas contra-razões de fls. 258/264, pugna pelo não acolhimento da preliminar, alegando que a mesma encontra-se preclusa e, no mérito, pelo não provimento do apelo.

A Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva, opinou pelo improvimento recurso ministerial.

É o relatório. À Douta Revisão.

Recife 06 de fevereiro de 2008.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

146

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0151031-6**

**APELANTE:** Ministério Público do Estado de Pernambuco

**APELADO:** José Romero Matias da Silva

**RELATOR:** Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

**REVISOR:** Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

**ÓRGÃO JULGADOR:** 3ª Câmara Criminal

**PROCURADORA DE JUSTIÇA:** Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva (Convocada)

**VOTO DO RELATOR**

**Da preliminar de nulidade**

O Representante do Ministério Público argüiu, em preliminar, a ocorrência de nulidade posterior à pronúncia, pelo fato do Advogado do réu, por ocasião dos debates orais em Plenário do júri, ter dito que “mora nesta cidade (Palmares) há 46 (quarenta e seis) anos e nunca viu nenhum deslize do acusado” (fl. 238), entendendo o órgão ministerial que tal afirmativa revelou-se como testemunho em favor do réu, surpreendendo a acusação com prova nova e influenciando a decisão do Conselho de Sentença.

De início, cabe salientar que inexiste preclusão da preliminar argüida pela acusação, como afirmou a Defesa em sua contra-razões, tendo em vista que o Representante do Ministério Público fez constar em ata sua irresignação (fl. 238), bem como a apelação foi interposta tempestivamente (fl. 242).

Contudo, entendo que a argüição de nulidade feita pelo Representante do *Parquet* não merece ser acolhida. Vejamos.

Como bem afirmou a Exma. Procuradora de Justiça convocada, Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva, à fl. 275, “*as palavras proferidas pelo advogado do réu, em plenário do júri, não podem determinar a nulidade do julgamento, posto que, em momento algum, foi feita qualquer declaração acerca do fato delituoso, tendo o advogado se limitado a afirmar que nunca tinha visto nenhum ‘deslize’ praticado pelo réu, o que pode ser confirmado por sua folha de antecedentes*”.



**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA**



De fato, a afirmação do advogado no sentido de que conhece seu cliente e que o mesmo nunca se envolveu em outros delitos não tem o condão de causar qualquer nulidade ao julgamento, não podendo, assim, ser vista como prova nova capaz de prejudicar a acusação. Tal declaração só seria causa de nulidade do julgamento se trouxesse informações sobre qualquer conhecimento pessoal que o advogado do réu tivesse acerca do fato delituoso apurado nos autos, o que não se verifica na hipótese.

Assim considerado, **rejeito a preliminar.**

Recife, 17 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



148

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº 0151031-6**

APELANTE: Ministério Público do Estado de Pernambuco

APELADO: José Romero Matias da Silva

RELATOR: Des. ANTONIO DE MELO E LIMA

REVISOR: Des. Nivaldo Mulatinho de Medeiros Correia Filho

ÓRGÃO JULGADOR: 3ª Câmara Criminal

PROCURADORA DE JUSTIÇA: Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva

**VOTO DO RELATOR**

**No mérito**

Srs. Desembargadores,

Trata-se recurso de apelação interposto pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco, contra decisão do Conselho de Sentença do Tribunal do Júri da Comarca de Palmares – PE, que, acolhendo a tese de legítima defesa, absolveu o réu JOSÉ ROMERO MATIAS DA SILVA, da imputação de prática do tipo penal previsto no art. 121, *caput*, do Código Penal Pátrio (homicídio simples).

Em suas razões, o Representante do *Parquet*, após argüir a nulidade já apreciada, pugna pela anulação da decisão do Conselho de Sentença, sob o fundamento de que o julgamento foi manifestamente contrário à prova dos autos.

Cuido, porém, que o apelo ministerial não pode prosperar.

Vejamos.

Conforme consta na peça acusatória, em síntese, no dia de 24 de outubro de 1999, por volta das 02h20min., o apelante, após ligeira discussão com a vítima Sandro Fernando dos Santos, efetuou disparos de arma de fogo contra a mesma, causando-lhe a morte (fls. 02/04).

Em que pesem as alegações do zeloso Promotor de Justiça, analisando os autos, verifico a existência de duas versões a respeito do ocorrido, a da acusação, no sentido de que o ora apelado agiu com *animus necandi*; e a da defesa, sustentando que a agressão foi praticada em legítima defesa.

hms





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



149

A tese acolhida pelo Conselho de Sentença foi a mesma sustentada pela defesa durante toda a instrução criminal, bem como perante o Plenário do Júri.

Como sabido, no ordenamento jurídico brasileiro prevalece o princípio da soberania dos veredictos (art. 5º, XXXVIII da Constituição Federal) e, sendo assim, a decisão do Tribunal do Júri só deixará de prevalecer quando arbitrária, integralmente dissociada do bojo probatório.

Deste modo, não se caracteriza como manifestamente contrária à prova dos autos a decisão que opta por uma das versões apresentadas, desde que esta encontre respaldo no acervo probatório. E assim o é porque ao Tribunal do Júri, como juiz natural, cabe a escolha dentre as teses levantadas, acolhendo aquela que lhe pareça mais adequada.

No caso em comento, a autoria é incontestada, porquanto o réu confessou, alegando, todavia, ter agido em legítima defesa.

Perante o Conselho de Sentença (fls. 226/227), o réu declarou:

**“(...) Que a vítima fazia provocações com a pessoa do acusado em razão deste usar uma prótese no pé esquerdo; Que a vítima o chamava de aleijado; (...) Que naquela noite a vítima dirigiu várias provocações contra a pessoa do acusado; (...) Que se dirigiu em direção a sua moto, após verificar a presença da vítima no recinto, e quando já estava sobre a mesma, foi surpreendido com um tapa no rosto desferido pela vítima; Que o acusado e sua moto foram de encontro ao solo; Que o acusado sacou sua arma e efetuou dois disparos contra a pessoa da vítima; Que efetuou os disparos após ser atingido pela vítima com dois disparos de arma de fogo; Que foi atingido duas vezes no pé; (...) Que estava caído, por sobre a moto, quando efetuou os disparos contra a vítima; Que estava de pé no momento dos disparos; (...)”** Grifei.

As testemunhas arroladas pelo Ministério Público, policiais militares que efetuaram a prisão do réu, ao serem ouvidos em juízo, afirmaram não terem presenciado os fatos:

hms



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



“Que no dia dos fatos se encontrava de serviço na Praça Paulo Paranhos junto com outros policiais entre eles o Mávio, quando de repente por volta das 02h30min. da manhã ouviu dois disparos e correu em direção ao local; **que correu para o local e percebeu o acusado com uma arma na cinta tentando pegar a moto; Que imediatamente correu em direção ao mesmo na companhia de Mávio e detiveram o acusado; Que o acusado não esboçou nenhuma reação; (...)**” Grifei.

(Sd Antonio Onofre Costa, às fls. 96/97)

Que o depoente se encontrava de serviço no dia dos fatos na Praça Paulo Paranhos, fazendo a segurança porque na mesma estava acontecendo uma festa: Que de repente, por volta das 02h30min. da madrugada ouviu vários disparos e saiu correndo pela Praça na companhia do Sd Antônio Onofre e **percebeu que o acusado, após ter sido apontado por populares se encontrava no chão com uma moto quase por cima dele e com a arma na cinta e um tiro no pé; (...)**” Grifei.

(Sd Mávio Sandro de Sales Lima)

Já as testemunhas trazidas aos autos pela defesa confirmam a versão apresentada pelo réu:

“Que se encontrava na Praça Paulo Paranhos no dia e hora dos fatos e observou à distância quando se formou uma pequena confusão e viu **quando o acusado foi derrubado pela vítima com um tapa quando tentava subir na sua moto; Que o acusado foi ao chão e em seguida o depoente ouviu um disparo de arma de fogo dado pela vítima; Que imediatamente seguiu outros disparos e o depoente ainda viu a vítima correndo; que o depoente viu quando o acusado foi imobilizado pelos guardas municipais ; (...)** Que o depoente do local onde estava percebeu que a vítima fez um movimento como se estivesse puxando um arma e em seguida ouviu um disparo; (...)” Grifei.

(Sérgio Roberto Freire do Rego, às fls. 105/106)

hms



151

9

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA



“Que se encontrava na Praça Paulo Paranhos, no dia e hora dos fatos, (...) Que quando retornava ouviu de repente um disparo e em seguida outros disparos; Que quando olhou em direção ao mesmo percebeu uma pessoa de costas, depois soube que era a vítima, não percebendo a presença do acusado; **Que ao se retirar do local tomou conhecimento que aquela pessoa que viu em pé, tinha disparado um tiro contra o acusado;** Que tomou conhecimento por terceiros que a vítima saiu correndo e mais adiante caiu e veio a falecer; (...)” Grifei. (Luiz Antunes de Moura Brasileiro, às fls. 106/107)

“Que se encontrava na Praça Paulo Paranhos no dia e hora dos fatos, inclusive estava sentado numa mesa próximo ao local onde estava o acusado; **Que o acusado se encontrava sentado à sua moto quando de repente a vítima chegou e sem nada falar empurrou Romero, o qual caiu da moto; Que o depoente ainda viu o Sandro puxar a arma e atirar contra o acusado,** momento em que o depoente saiu correndo do local para se proteger; **Que ouviu mais de um tiro não se recordando quantos; Que não sabe informar se o acusado portava arma daquele momento;** (...) Que o depoente quando retornou para sua mesa após cessarem os disparos ainda viu os guardas municipais levando Romero o qual estava ferido a bala no pé de uma das pernas; (...) (SIC) Grifei. (José Alves da Silva, às fls. 107/108)

Como se pode ver, a prova testemunhal colhida durante a instrução criminal traz elementos que confirmam a versão do réu. Ademais, o Laudo de lesão corporal de fl. 66, comprova que o réu foi atingido no pé direito por disparo de arma de fogo.

Desta forma, em havendo nos autos duas versões sobre o fato típico, optando o Conselho de Sentença por uma delas, torna-se impossível a anulação do *veredicto*, já que tal procedimento só é admissível quando a decisão dos jurados for totalmente arbitrária e dissociada do conjunto probatório, o que, como visto, não é a hipótese dos autos.

Corroborando este entendimento:

  
hms



152



10

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. ANTONIO DE MELO E LIMA

“(…) Anula-se o julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, com fundamento no art. 593, inciso III, alínea d, nas hipóteses em que a decisão do Conselho de Sentença é arbitrária, dissociando-se completamente da prova dos autos, o que não ocorre quando os jurados, amparados pelo conjunto probatório existente, optam por uma das versões apresentadas (...)”. (REsp 680.286/AP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 20.03.2007, DJ 14.05.2007 p. 374). Destaquei.

Por todo o exposto, **nego provimento ao presente recurso ministerial**, devendo ser mantida em sua integralidade a decisão vergastada.

É como voto.

Recife, 7 de dezembro de 2009.

Des. Antonio de Melo e Lima  
Relator



153



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**APELAÇÃO CRIMINAL Nº: 0151031-6**

COMARCA : Palmares – 1ª Vara Criminal  
APELANTE : Ministério Público Estadual  
APELADO : José Romero Matias da Silva  
RELATOR : Des. Antônio de Melo e Lima  
REVISOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho

**VOTO DE REVISÃO -- Preliminar de nulidade**

A Promotoria de Justiça arguiu, em preliminar, a ocorrência de nulidade posterior à Pronúncia, em virtude do Defensor do acusado ter, em Plenário, durante os debates orais, dito que *"mora nesta cidade há 46 anos e nunca viu nenhum deslize do acusado"* (fls. 238).

Primeiramente, vale registrar que a alegação trazida pela Defesa de que a matéria estaria preclusa, por não ter sido levantada em Plenário, não merece guarida, eis que o Representante do Ministério Público, às fls. 238, solicitou por duas vezes que constasse na ata a sua irresignação, não havendo, assim, preclusão.

Quanto à preliminar ministerial, a mesma deve ser rejeitada.

As palavras proferidas pelo Advogado do acusado em Plenário não trouxeram elementos novos quanto ao fato delituoso, como bem observa a douta Procuradoria de Justiça (às fls. 275), apenas fazendo referência a uma situação que pode ser comprovada pela Folha de Antecedentes do acusado (fls. 49).

Dessa forma, **rejeito a preliminar.**

**VOTO DE REVISÃO - Mérito**

**JOSÉ ROMERO MATIAS DA SILVA**, pronunciado por homicídio simples (art. 121, *caput*, do CP), às fls. 129/132, foi



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

**154**

submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Palmares. O Conselho de Sentença decidiu absolver o acusado, acolhendo a tese defensiva da legítima defesa (fls. 235/236).

Em suas razões de fls. 251/253, o Representante do Ministério Público pugna pela submissão do acusado a novo julgamento, por entender que o veredicto deve ser anulado, pois a decisão foi contrária à prova dos autos.

A Defesa contrarrazoou (fls. 258/264), pugnando pela manutenção da decisão do Júri Popular.

Instada a se pronunciar, a douta Procuradoria de Justiça, na pessoa da Dra. Cristiane Maria Caitano da Silva, ofertou Parecer de fls. 274/277, opinando pelo improvimento do recurso interposto.

Narra a Denúncia que, aos 24 de outubro de 1999, por volta das 2h20min, o acusado, ora Apelado, foi preso em flagrante delito, por ter efetuado disparos de arma de fogo contra a vítima SANDRO FERNANDO DOS SANTOS, que morreu no local. Informa ainda a atriial acusatória que o crime ocorreu durante uma festa no centro da cidade, tendo o réu, após ingerir bebida alcoólica, iniciado uma discussão com a vítima, que teve como desfecho a morte da mesma.

Duas foram as versões trazidas no curso do Processo originário: a ministerial, pela qual o acusado realizou a conduta com *animus necandi*, e a defensiva, que pugna pelo reconhecimento da excludente da legítima defesa.

Vejamos trechos de depoimentos prestados ao longo da Instrução Criminal.

*"(...) Que a vítima fazia provocações com a pessoa do acusado em razão deste usar uma prótese no pé esquerdo; Que a vítima o chamava de aleijado; (...) Que naquela noite a vítima dirigiu várias provocações contra a pessoa do acusado; (...) Que se dirigiu em direção a sua moto, após verificar a*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

155

*presença da vítima no recinto, e quando já estava sobre a mesma, foi surpreendido com um tapa no rosto desferido pela vítima; Que o acusado e sua moto foram de encontro ao solo; Que o acusado sacou sua arma e efetuou dois disparos contra a pessoa da vítima; Que efetuou os disparos após ser atingido pela vítima com dois disparos de arma de fogo; Que foi atingido duas vezes no pé (...) (...)” (interrogatório em Plenário do apelado, às fls. 226/227 – grifos nossos).*

*Que o depoente se encontrava de serviço no dia dos fatos na Praça Paulo Paranhos, fazendo a segurança porque na mesma estava acontecendo uma festa: Que de repente, por volta das 02h30min. da madrugada ouviu vários disparos e saiu correndo pela Praça na companhia do Sd Antônio Onofre e percebeu que o acusado, após ter sido apontado por populares se encontrava no chão com uma moto quase por cima dele e com a arma na cinta e um tiro no pé; (...)” (depoimento da testemunha arrolada na Denúncia Sd Mávio Sandro de Sales Lima, às fls. 97/98 – grifos nossos).*

*“Que se encontrava na Praça Paulo Paranhos no dia e hora dos fatos e observou à distância quando se formou uma pequena confusão e viu quando o acusado foi derrubado pela vítima com um tapa quando tentava subir na sua moto; Que o acusado foi ao chão e em seguida o depoente ouviu um disparo de arma de fogo dado pela vítima; Que imediatamente seguiu outros disparos e o depoente ainda viu a vítima correndo; que o depoente viu quando o acusado foi imobilizado pelos guardas municipais ; (...) Que o depoente do local onde estava percebeu que a vítima fez um movimento como se estivesse puxando um arma e em seguida ouviu um disparo; (...)” (depoimento da testemunha da Defesa Sérgio Roberto Freire do Rego, às fls. 105/106 – grifos nossos).*

*“Que se encontrava na Praça Paulo Paranhos no dia e hora dos fatos, inclusive estava sentado numa mesa próximo ao local onde estava o acusado; Que o acusado se encontrava sentado à sua moto quando de repente a vítima chegou e sem nada falar empurrou Romero, o qual caiu da moto; Que o depoente ainda viu o Sandro puxar a arma e atirar contra o acusado, momento em que o depoente saiu*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

156

*correndo do local para se proteger; Que ouviu mais de um tiro não se recordando quantos; Que não sabe informar se o acusado portava arma daquele momento; (...) Que o depoente quando retornou para sua mesa após cessarem os disparos ainda viu os guardas municipais levando Romero o qual estava ferido a bala no pé de uma das pernas; (...) (depoimento da testemunha da Defesa José Alves da Silva, às fls. 107/108 – grifos nossos).*

Não é qualquer dissonância entre o veredicto e os elementos de convicção colhidos na instrução que autorizam a cassação de julgamento proferido pelo Tribunal do Júri, dada a sua soberania constitucionalmente reconhecida no art. 5º, XXXVIII, letra "c", da Carta Magna. Ao revés, somente a decisão dos jurados que não encontra apoio no conjunto probatório é que pode ser invalidada. Nesse sentido:

*"É certo que a soberania dos veredictos não se confunde com arbítrio, nem tampouco exclui a recorribilidade de suas decisões. Entretanto, ocorrendo decisão manifestamente contrária à prova dos autos, cabe a anulação do julgamento para que outro seja realizado, respeitando-se desta forma, o preceito constitucional" (TJSP – Ap. Crim. 338.268-3/3 – Rel. Des. Gonçalves Nogueira – 3ª C. Crim. – J. 27.11.2001 – M.V.).*

O que não é o caso dos presentes autos, no nosso entendimento.

Os depoimentos colacionados, bem como o Exame de Lesão Corporal de fls. 66, que confirma a lesão no pé do acusado, provocada por disparo de arma de fogo, corroboram uma das teses levadas ao Júri Popular, o qual decidiu acolhê-la, quer dizer, diante da matéria de fato que lhe foi apresentada, e diante da pergunta que lhe





**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho**  
**Terceira Câmara Criminal**

157

foi feita, o Conselho de Sentença não decidiu contrariamente à prova dos autos.

A atribuição deste Sodalício não é reavaliar a prova e interpretá-la à luz de doutrina ou jurisprudência majoritária. Cabe-lhe, unicamente, confrontar o veredicto dos jurados com as provas colhidas e existentes nos autos, concluindo pela harmonia ou desarmonia entre ambas.

A decisão do Júri, absolvendo o apelado, não está divorciada da prova colhida nos autos, afeiçoando-se a espécie ao disposto no art. 593, III, "d", do Código de Processo Penal. Quanto a esta questão, a jurisprudência tem assim se posicionado:

*"Não há ofensa ao art. 593 – III – d do CPP na decisão que remete ao réu a novo júri, se a única versão consentânea com o acervo probatório foi desacolhida pelo júri" (STF – RE 115.771-2-CE – Rel. Min. Francisco Rezek – 2ª. – J.23.8.88 – Un.) (DJU, 16.9.88, p. 23.318).*

*"Júri – Soberania – Julgamento manifestamente contrário à prova dos autos. Não ofende o princípio da soberania do Júri a decisão do Tribunal que determina seja o réu submetido a novo julgamento, por ter sido o primeiro proferido manifestamente em desconformidade com a prova constante do processo, já que a versão aceita pelos jurados, de negativa de autoria, não encontra apoio nos fatos apurados" (STF – HC 58.976-6-RJ – Rel. Min. Cunha Peixoto – 1ª T. – J. 4.8.81 – Un.) (DJU, 28.8.81, p. 8.2364).*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho** 158  
**Terceira Câmara Criminal**

Assim, como exposto, a versão aceita pelos jurados, que trouxe a absolvição do Apelado, encontra apoio no conjunto probatório.

Deste modo, meu voto é pelo improvimento do apelo da Promotoria de Justiça, mantendo a decisão do Tribunal do Júri, que absolveu o apelado JOSÉ ROMERO MATIAS DA SILVA.

É como voto.

Recife, 17 de dezembro de 2009.

  
Des. Nivaldo Mulatinho Filho - Revisor